

**DE(S)COLONIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Interfaces teóricas e práticas entre Fanon, Freire, Memmi e o Caso da
Plataforma COLAB.**

RAPHAELA RANGEL

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY (UNIGRANRIO)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, por meio da concessão de bolsa de estudo, que viabilizou o desenvolvimento desta pesquisa no âmbito do curso de Doutorado em Administração na Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Tal fomento foi essencial para a realização deste trabalho e para a continuidade da minha formação acadêmica.

DE(S)COLONIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Interfaces teóricas e práticas entre Fanon, Freire, Memmi e o Caso da Plataforma COLAB.

Resumo

Este artigo investiga como a opressão, consciência e resistência, a partir de Fanon, Freire e Memmi, influenciam a administração pública. Analisa a perpetuação da dominação em instituições e propõe que uma práxis libertadora, aliada à reconstrução identitária, inspire gestões públicas mais inclusivas. Usando o caso da Plataforma COLAB, mostrando o potencial de iniciativas tecnológicas para promover participação cidadã e transformação social.

Palavras-Chave: Descolonização; Emancipação; Administração Pública.

Abstract

This article investigates the interfaces between oppression, consciousness and resistance in colonial relations, based on the theoretical contributions of Frantz Fanon, Paulo Freire and Albert Memmi, and their implications for contemporary public administration. Starting from the analogy between the oppressor-oppressed dynamic, described by Freire, and the colonizer-colonized relationship, highlighted by Fanon and Memmi, the study analyzes how structures of domination and identity denial manifest themselves and perpetuate themselves in institutional contexts. The main objective is to understand how a liberating praxis, based on the reconstruction of identity and the emancipation of subjects, can inspire more inclusive, participatory and democratic public management alternatives. To this end, the case study of the COLAB Platform is adopted, highlighting how technological initiatives can enhance citizen participation and contribute to processes of de(s)colonization and social transformation within the scope of Brazilian public administration.

Keywords: Decolonization; Emancipation; Public Administration; Citizen Participation; Colab Platform.

1. Introdução

A administração pública em sociedades marcadas por legados coloniais, frequentemente, reproduz estruturas de dominação, exclusões e alienação. Para Fanon (2022), a colonização é não apenas um fenômeno histórico, mas também um processo contínuo de compartimentalização social e institucional, que se reflete em políticas públicas excludentes e numa manutenção das hierarquias sociais. Nesse sentido, a administração pública pode perpetuar e, ao mesmo tempo, desafiar as estruturas, dependendo da sua orientação ética e política.

Memmi (2003) destaca que os “mitos” coloniais perpetuam a dificuldade do colonizado em estabelecer mecanismos simbólicos e institucionais de proteção, o que resulta em desigualdade no acesso aos bens e serviços públicos. Essa dinâmica se evidencia em práticas administrativas que desconsideram os saberes e as necessidades locais, priorizando modelos externos que não correspondem ao contexto específico dessas populações.

Na Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire (1987), vê a educação como prática para a liberdade, inspirando iniciativas de gestão pública orientadas para uma inclusão, diálogo e valorização dos saberes populares.

A relação entre colonizador e colonizado, assim como a relação opressor versus oprimido, constitui um dos eixos centrais do pensamento crítico sobre dominação e emancipação. Frantz Fanon, Paulo Freire e Albert Memmi, cada qual a partir de seu contexto, oferecem análises complementares sobre como essas relações se estruturam, perpetuam sistemas de poder e, ao mesmo tempo, abrem caminhos para uma libertação.

Nesse sentido, ao considerar os aportes teóricos de Fanon, Freire e Memmi sobre opressão, consciência e resistência, é possível perceber a importância de práticas emancipatórias e participativas no âmbito da administração pública. Esses autores, ao problematizarem as estruturas de dominação e os caminhos para a autonomia dos sujeitos, oferecem subsídios valiosos para repensar os desafios enfrentados pelo Estado brasileiro na contemporaneidade, sobretudo diante das demandas por maior inclusão e justiça social.

Diante dessas contribuições teóricas e da necessidade de repensar as práticas de gestão pública brasileira, este estudo busca responder à seguinte questão: Como a Plataforma COLAB materializa práticas de descolonização e emancipação na administração pública à luz das contribuições teóricas de Fanon, Freire e Memmi? Esta pergunta de pesquisa orienta a investigação sobre as possibilidades de superação de estruturas coloniais por meio de iniciativas tecnológicas que promovam a participação cidadã, transparência e protagonismo social.

Paralelamente, a transformação digital surge como uma aliada estratégica nesse processo de reconstrução identitária da gestão pública. Iniciativas como a Plataforma COLAB exemplificam como a tecnologia pode ser mobilizada para ampliar a participação cidadã, promover transparência e fortalecer o protagonismo social.

A Plataforma COLAB é uma govtech reconhecida internacionalmente, cujo objetivo central é facilitar a comunicação entre cidadãos e prefeituras, centralizando serviços digitais, demandas urbanas, consultas públicas e mecanismos de participação cidadã. Entre suas funcionalidades, destacam-se: denúncias de problemas urbanos, participação em consultas públicas, agendamento de serviços, emissão de documentos, acompanhamento de demandas e transparência na gestão.

O aplicativo permite que o cidadão exerça sua cidadania de forma ativa, influenciando decisões públicas sem sair de casa (COLAB, 2025). Municípios como Recife, Niterói e Saquerema já implementaram a plataforma, relatando maior engajamento social, resolução mais ágil de problemas e fortalecimento da governança participativa (Oliveira et al., 2022)

Ao analisar a plataforma como estudo de caso, este artigo busca evidenciar como práticas inovadoras, inspiradas por referenciais críticos, podem contribuir para a construção de cidades mais humanas, sustentáveis e inclusivas, alinhando-se aos ideais de emancipação

propostos por Fanon, Freire e Memmi. Ao articular essas perspectivas com o estudo de caso da Plataforma COLAB, pretende-se iluminar caminhos para a construção de uma gestão pública mais inclusiva, democrática e alinhada aos princípios de de(s)colonização e da reconstrução identitária.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Albert Memmi: Mito e Existência

Em *O Retrato do Colonizado*, originalmente publicado em 1957, Albert Memmi aprofunda a análise estrutural da colonização ao destacar que o sistema colonial se sustenta na criação e manutenção de “mitos” que legitimam a dominação, bem como na impossibilidade real de assimilação do colonizado (Memmi, 2003). Para o autor, o colonizador não pode escapar de sua posição de privilégio sem rejeitar completamente o sistema colonial, pois é, justamente, a existência do colonizado que produz e sustenta a figura do colonizador, aprisionando ambos em papéis sociais rigidamente definidos.

Memmi argumenta que o colonizado vive em um dilema insolúvel: a assimilação é uma miragem, já que o colonizador necessita da inferiorização do outro para manter sua própria superioridade. Assim, a resistência emerge como a única saída possível, manifestando-se tanto como uma recusa simbólica da cultura imposta quanto como uma luta efetiva pela libertação.

O autor enfatiza ainda o profundo impacto psicológico da colonização, que leva à internalização de um sentimento de inferioridade e à dependência do olhar do opressor para a definição da própria identidade (Memmi, 2003). Dessa forma, a opressão colonial não se limita à esfera material, mas se estende à subjetividade, perpetuando a dominação por meio de mecanismos simbólicos e existenciais.

2.2. Frantz Fanon: Violência e Radicalidade da De(s)colonização

Em *Os Condenados da Terra*, originalmente publicado em 1961, Frantz Fanon (2022) compreende a colonização como um sistema de compartimentalização, no qual o colonizador e colonizado habitam mundos sperados, não apenas por barreiras físicas, mas por um abismo ontológico radical.

Para Fanon (2022), a violência constitui instrumento fundamental tanto para manutenção da ordem colonial, quanto para a sua superação. A de(s)colonização é, necessariamente, um processo violento, pois implica a substituição total de uma ordem por outra, sem espaço para uma transição pacífica.

Segundo o autor, o colonizador constrói uma imagem desumanizada do colonizado. Reduzindo-o a uma condição desumana e legitimando a exploração por meio de discursos racistas e maniqueístas. O colonizado é frequentemente desumanizado, reforçando uma visão de inferioridade racial e cultural, o que serve para perpetuar a dominação colonial (Fanon, 2022).

A de(s)colonização, para Fanon, implicar uma inversão radical das posições sociais: “os últimos serão os primeiros”. Essa mudança ocorre, necessariamente, por meio da

violência, pois não há possibilidades de transição pacífica entre realidades tão antagônicas. O colonizado só reconhece sua humanidade como igual à do colonizador quando se dispõe a confrontá-lo diretamente e de forma violenta (Fanon, 2022).

Além do aspecto político, Fanon destaca que a luta anticolonial é também um processo de reconstrução subjetiva e cultural, uma verdadeira “fabricação do homem novo”. Assim, a violência revolucionária não apenas rompe com as estruturas opressoras do colonialismo, mas promove uma profunda transformação social e cultural.

Em síntese, para Fanon, a violência é inerente ao processo histórico de descolonização e constitui um mecanismo necessário para romper com as estruturas opressoras impostas pelo colonialismo. A de(s)colonização, portanto, não apenas liberta politicamente os povos subjulgados, mas também promove uma reconfiguração identitária e emancipatória.

2.3. Paulo Freire: Educação como Resistência à Opressão

Paulo Freire, partindo do campo da pedagogia, amplia a análise da opressão para além do contexto colonial, abordando-a sob uma lógica de múltiplas dimensões sociais. Na *Pedagogia do Oprimido*, originalmente publicado em 1972, Freire (1987) argumenta que os oprimidos, frequentemente, internalizam os valores do opressor, fenômeno que ele denomina de “hospedagem do opressor” (Freire, 1987). Para o autor, a opressão constitui uma forma de desumanização que afeta tanto os oprimidos quanto os opressores: os primeiros têm sua humanidade negada, enquanto os segundos se desumanizam ao negar a humanidade do outro (Freire, 1987).

Esse processo guarda analogia com relação colonial descrita por Albert Memmi, na qual o colonizador transforma o colonizado em objeto de exploração econômica e cultural. Memmi observa que o colonizador precisa negar a humanidade do colonizado para justificar sua posição dominante, criando uma relação de dependência mútua: o colonizador só existe enquanto tal, porque há colonizados a serem explorados (Memmi, 2003).

A colonização, segundo Freire, não se limita à invasão territorial, mas implica também uma invasão cultural e identitária. “Toda dominação implica numa invasão [...] não apenas física, visível, mas às vezes camuflada, em que o invasor se apresenta como amigo que ajuda” (Freire, 2005, p.94). Assim como ocorre na opressão social interna às sociedades, a colonização reforça a alienação dos dominados ao impor-lhes padrões culturais e valores alheios à sua realidade.

O processo de alienação cultural impede a emancipação, pois os oprimidos passam a buscar ocupar o lugar do opressor, reproduzindo práticas que reforçam sua própria subjugação. Um aspecto crucial das reflexões de Freire é o “medo da liberdade”, que impede os oprimidos de romperem com sua condição. Esse medo está relacionado à interiorização da figura do opressor, levando os oprimidos a reproduzirem valores e comportamentos impostos pela dominação (Freire, 1987). De modo semelhante, Memmi descreve como os colonizados frequentemente aspiram aos padrões de vida dos colonizadores, mesmo reconhecendo que tais padrões simbolizam sua própria subjugação (Memmi, 2003).

Em síntese, as contribuições de Fanon, Memmi e Freire, evidenciam que as estruturas coloniais e seus mecanismos de opressão não apenas marcaram profundamente as sociedades colonizadas mas seguem influenciando práticas, subjetividades e instituições nas sociedades pós-coloniais, inclusive no Brasil. Para Fanon e Memmi, a impossibilidade de assimilação e

perpetuação de hierarquias impõem a necessidade de uma ruptura radical, seja por meio da violência revolucionária ou da resistência simbólica, como caminhos para reconstrução identitária e a recuperação dos sujeitos historicamente subalternizados (Fanon, 2022; Memmi, 2003). Freire, por sua vez, amplia análise ao destacar o papel da educação e da consciência crítica como instrumentos de libertação, ressaltando que a superação da opressão exige uma práxis transformadora capaz de romper com a internalização dos valores do opressor e promover a emancipação autêntica (Freire, 1987).

No contexto da administração pública brasileira, essas reflexões decoloniais tornam-se especialmente relevantes diante da persistência de práticas e saberes marcados pelo eurocentrismo e pela subalternização de epistemologias locais.

A agenda decolonial em gestão pública propõe não apenas uma revisão crítica das estruturas institucionais, mas também a promoção de práticas participativas, inclusivas e alinhadas às realidades e demandas da população. Experiências inovadoras como a Plataforma COLAB exemplificam esse movimento ao integrar tecnologia, participação cidadã e gestão colaborativa, criando espaços de escuta, deliberação e corresponsabilidade entre Estado e sociedade (COLAB, 2024). Tais iniciativas contribuem para a desconstrução de modelos tradicionais centralizadores e para a construção de uma administração pública mais democrática, transparente e sensível à pluralidade de saberes e identidades.

Dessa forma, ao costurar as perspectivas de Fanon, Memmi e Freire com os desafios contemporâneos da administração pública brasileira, evidencia-se a importância de processos de reconstrução identitária e emancipatória que valorizem o protagonismo social, o diálogo intercultural e a inovação institucional. A de(s)colonização, nesse sentido, não se restringe ao passado, mas se apresenta como um horizonte ético e político para uma reinvenção da administração pública brasileira.

2.4 De(s)colonização, opressão, consciência e as interfaces com a Administração Pública Brasileira

Fanon (2022) e Memmi(2003) convergem ao afirmar que a libertação dos oprimidos exige não apenas reformas superficiais, nas rupturas estruturais com os sistemas de dominação. No contexto da administração pública, isso significa questionar e transformar práticas burocráticas, currículos de formação de gestores e paradigmas de governança que reproduzem uma lógica colonial excludente.

Nesse sentido, a resistência pode se expressar em movimentos sociais, conselhos participativos e outras formas de controle social que pressionam por transparência, equidade e justiça social na gestão pública. Freire (1987) amplia essa análise da opressão para o campo educacional e social, argumentando que a superação dessas estruturas de dominação requer uma conscientização crítica dos sujeitos. No âmbito da administração pública, essa perspectiva implica a necessidade de processos participativos e dialógicos, em que os cidadãos sejam reconhecidos como sujeitos históricos capazes de intervir e transformar a realidade institucional. Portanto, uma des(s)colonização institucional implica na valorização das identidades, culturas e saberes locais, bem como na democratização efetiva dos processos de decisão.

Analisando as relações de opressão discutidas por Fanon, Freire e Memmi, é possível compreender que a administração pública pode tanto contribuir para combater estruturas de

exclusão e desigualdade quanto perpetuá-las, dependendo das escolhas institucionais, das práticas de gestão e do grau de abertura à participação cidadã e ao diálogo intercultural.

3. Procedimentos Metodológicos

Conforme orienta Gil (2008), este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, fundamentando-se em análise teórica e comparativa das obras de Frantz Fanon, Paulo Freire e Albert Memmi. O objetivo central é identificar convergências, divergências e interfaces entre os conceitos de opressão, emancipação, discutidos pelos pensadores decoloniais e as suas implicações para a administração pública brasileira contemporânea.

A escolha pela abordagem qualitativa e teórica justifica-se pela complexidade dos fenômenos analisados, que envolvem dimensões históricas, culturais e subjetivas de opressão e resistência (Marconi; Lakatos, 2017).

O estudo de caso da Plataforma Colab foi selecionado como exemplo empírico de inovação na gestão pública, permitindo ilustrar, na prática, as possibilidades de superação de lógicas coloniais por meio da participação cidadã e do uso de tecnologias digitais (COLAB, 2004).

O **Quadro 1**, sintetiza os procedimentos metodológicos adotados:

Quadro 1. Procedimentos Metodológicos:

Revisão Bibliográfica	Realizou-se uma revisão sistemática das principais obras dos autores selecionados: Os Condenados da Terra (Fanon, 2022), Pedagogia do Oprimido (Freire, 1987) e Retrato do Colonizado (Memmi, 2003). Também foram consultados artigos acadêmicos e publicações recentes sobre decolonialidade e administração pública.
Análise Comparativa	Envolveu a leitura crítica e o cruzamento dos conceitos presentes nas obras, destacando pontos de convergência e divergência entre os autores, mapeando como cada um compreende as estruturas de dominação e os caminhos para a emancipação.
Interpretação Contextual	Os conceitos extraídos foram contextualizados à luz dos desafios contemporâneos da administração pública brasileira, buscando identificar como práticas, discursos e estruturas institucionais podem reproduzir ou desafiar lógicas coloniais.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Lakatos e Marconi (2017) e Gil (2008).

Com base em Marconi e Lakatos (2017) a análise comparativa aprofunda as relações entre teoria e práticas institucionais, oferecendo subsídios para repensar os processos de de(s)colonização na administração pública.

O **Quadro 2**, detalha os eixos de comparação na análise entre Fanon, Freire e Memmi.

Quadro 2. Análise Comparativa

Eixos de Comparação	<ul style="list-style-type: none">• Opressão• Alienação• Conscientização• Resistência
Procedimentos	<ul style="list-style-type: none">• Leitura focalizada em trechos-chave de cada obra.• Extração de segmentos textuais que mencionam diretamente cada eixo de comparação.• Registro em Planilha: Autor, Eixo, Citação.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Lakatos e Marconi (2017).

Quanto à seleção do exemplo empírico, a princípio foram analisadas iniciativas de participação digital no Brasil, adotando os critérios de inclusão e exclusão baseados na disponibilidade de dados oficiais em fontes confiáveis, na relevância para ilustrar a articulação com a dimensão teórica e na repercussão pública da iniciativa. Diante desses critérios, optou-se pelo estudo de caso da Plataforma COLAB.

A coleta de dados foi realizada por meio de consultas ao site oficial da Plataforma COLAB, aos portais da transparência de municípios que utilizam a plataforma e a publicações acadêmicas pertinentes ao tema.

4. Discussão

4.1 Divergências e Convergências: Fanon à luz de Freire

Paulo Freire e Frantz Fanon são pensadores que partem de contextos distintos – Freire da pedagogia e Fanon da psiquiatria e filosofia anticolonial –, mas ambos exploram como a opressão perpetua as estruturas de dominação. Freire argumenta que os oprimidos frequentemente internalizam a “sombra” dos opressores, adotando seus valores e padrões como ideias de humanidade. Essa internalização, denominada por ele de “hospedagem do opressor”, faz com que os oprimidos aspirem a ocupar o lugar dos opressores, reproduzindo as mesmas práticas que os subjugam. Como afirma Freire: “Há em certos momentos da experiência existencial dos oprimidos uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar desses padrões constitui uma incontida aspiração” (Freire, 1987, p.28). Esse fenômeno é marcado pela alienação cultural, em que oprimidos negam sua própria realidade e cultura em favor de adesão aos valores impostos pela classe dominante.

Além disso, Freire destaca o “medo da liberdade”, que surge quando os oprimidos percebem que abandonar a sombra do opressor exigiria preencher o vazio deixado com a autonomia. Esse medo impede a emancipação plena, pois os oprimidos hesitam em confrontar a contradição entre sua condição existencial e os valores internalizados (Freire, 1987).

Fanon (2022), analisa como o colonialismo impõe uma violência que define os colonizados como seres inferiores. Essa violência não apenas subjugava fisicamente os povos

colonizados, mas também desumaniza suas consciências, levando-os a aspirar à identidade do colonizador como forma de superar sua condição marginalizada. Fanon observa: “A violência colonial impõe uma estrutura hierárquica onde o colonizado é considerado inferior, um sub-humano” (Fanon, 2022, p.33). Para Fanon, essa alienação cultural faz com que os colonizados rejeitem suas próprias tradições e identidades em favor de padrões culturais ocidentais impostos pelo colonizador.

Freire e Fanon compartilham preocupações similares sobre como as estruturas de opressão moldam a subjetividade dos dominados:

- **Alienação Cultural:** Ambos reconhecem que tanto o sistema educacional quanto o colonialismo operam para desumanizar os oprimidos e colonizados ao impor valores externos como superiores. Para Freire, isso ocorre por meio da “educação bancária”; para Fanon, pela imposição cultural do colonizador.
- **Conscientização:** Freire propõe uma pedagogia libertadora baseada no diálogo crítico para que os oprimidos reconheçam sua condição e se tornem sujeitos históricos autônomos. Fanon defende que os colonizados devem superar sua alienação por meio da luta anticolonial para afirmar sua humanidade.
- **Transformação social:** Ambos acreditam que a emancipação só é possível por meio da ação coletiva. Freire enfatiza a organização popular para desafiar as estruturas opressoras; Fanon vê na resistência violenta uma forma legítima de romper com a dominação colonial.

Assim, Freire e Fanon analisam formas análogas de opressão interna em contextos pedagógicos e coloniais. Freire enfatiza a educação dialógica como vetor de transformação social, ao passo que Fanon sustenta que a ruptura violenta é indispensável para a reconstrução de identidades descolonizadas. Em ambos, o processo de conscientização aparece como fator decisivo na superação das estruturas de dominação.

4.2 Divergências e Convergências: Memmi à luz de Freire

Para Freire, a superação da contradição entre opressores e oprimidos só é possível por meio da práxis – ação e reflexão transformadoras sobre o mundo. Essa práxis deve ser protagonizada pelos próprios oprimidos em um processo dialógico que lhes permita reconhecer criticamente sua condição e agir para transformá-la (Freire, 1987). Isso implica não apenas resistir à exploração econômica e cultural, mas também construir uma nova identidade coletiva baseada na autonomia e na solidariedade.

Memmi também aponta para a necessidade de ruptura total com as estruturas coloniais como condição para a verdadeira emancipação dos povos colonizados. Ele critica as tentativas de “reformatar” o colonialismo sem desmontar suas bases estruturais de desigualdade (Memmi, 2003).

Conforme Freire, para superar a opressão, é preciso um processo de conscientização crítica, no qual os oprimidos se reconhecem naquela condição e se tornam sujeitos históricos de sua própria libertação. A pedagogia libertadora propõe o diálogo, a problematização da realidade e ação coletiva como caminhos para uma transformação social. Como defende Freire: “Ninguém liberta ninguém; ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão” (Freire, 1987). Essa visão dialoga com as teorias pós-coloniais contemporâneas – Boaventura de Sousa Santos, Anibal Quijano, Catherine Walsh, Edward Said, Gayatri Spivak,

Homi Bhabha, entre outros –que defendem práticas educativas voltadas para uma justiça global.

A educação desempenha um papel central nesse processo de transformação. Para Freire uma pedagogia libertadora deve ser construída com os oprimidos e não para eles, partindo das experiências concretas dos dominados para promover uma conscientização crítica capaz de engajá-los na luta por sua libertação (Freire. 2005). No contexto colonial ou pós-colonial, isso significa valorizar saberes locais e descolonizar currículos que perpetuam narrativas eurocêntricas.

O Quadro 3, a seguir, sintetiza as divergências e convergências entre os autores e obras analisados:

Quadro 3. Divergências e Convergências:

Categorias	Fanon	Memmi	Freire
Ênfase	Violência e ruptura radical	Estrutura, mitos e dilema existencial	Educação, consciência e diálogo
Natureza da opressão	Colonial, racial, violenta	Estrutural, psicológica, cultural	Social, pedagógica, cultural
Caminho para a libertação	Violência revolucionária	Resistência, reconstrução identitária	Conscientização crítica, ação coletiva
Papel do oprimido	Agente da ruptura violenta	Preso ao dilema assimilação/revolta	Sujeito histórico em processo de conscientização
Papel do opressor	Desumanizador, mantenedor da ordem	Prisioneiro do próprio privilégio	Modelo a ser superado, mas internalizado

Fonte: Elaborado pela autora com base nas obras analisadas.

Apesar das diferenças de ênfase, há convergências notáveis:

- Todos reconhecem a opressão como estruturante das identidades e relações sociais.
- A internalização dos valores do opressor é um mecanismo central de perpetuação da dominação, seja no contexto colonial (Fanon, Memmi) ou pedagógico/social (Freire).
- A libertação exige não apenas mudanças políticas, mas também subjetivas e culturais, implicando a reconstrução do sentido de humanidade dos oprimidos.

As divergências residem, sobretudo, nos caminhos propostos para a superação da opressão. Fanon defende a violência como única via eficaz para romper o ciclo colonial, enquanto Freire aposta na educação dialógica e na conscientização. Memmi, por sua vez, enfatiza a complexidade do dilema existencial do colonizado e a dificuldade de superação sem ruptura total com o sistema.

4.3 Gestão Pública Colaborativa e Promoção da Emancipação Social: O Caso da Plataforma COLAB

A Plataforma COLAB é considerada uma *govtech*, que conforme o relatório “As startups GovTech e o futuro do governo no Brasil”, desenvolvido pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e o BrazilLAB, são aplicações eficientes de “soluções tecnológicas inovadoras aos serviços de interesse público como forma de impactar positivamente as políticas públicas a alcançar melhorias efetivas e de larga abrangência à vida dos cidadãos” (BRAZILLAB; CAF - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA, 2025, p. 10).

Ainda segundo o relatório,

“A visão de GovTech deve ser feita de forma sistêmica, representando o ecossistema em que os governos colaboram com startups e outros atores que usam inteligência de dados, tecnologias digitais e metodologias inovadoras para entregar produtos e serviços voltados para a solução de problemas públicos” (BRAZILLAB; CAF – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA, 2025, p.10).

A Plataforma COLAB integra serviços digitais, participação e relacionamento entre os cidadãos e os governos locais, utilizando tecnologia e metodologias próprias para aproximar a população das decisões públicas (COLAB, 2024). A plataforma permite ao cidadão agendar serviços, fazer demandas, emitir documentos e participar ativamente de consultas e pesquisas públicas, tudo de forma simples e acessível por meio dos dispositivos digitais (COLAB, 2024).

Ao tentar centralizar os múltiplos canais de atendimento e oferecer dados em tempo real, a plataforma possibilita decisões que sejam mais embasadas e alinhadas às necessidades reais daquela população, promovendo eficiência, responsabilidade e transparência administrativa (COLAB, 2024).

Além disso, a COLAB foi adaptada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e à Lei 14.129 do Governo Digital, garantindo mais segurança e conformidade legal no tratamento de informações dos usuários (COLAB, 2024). Essas características reforçam o compromisso da solução com ética, legalidade e confiança na Administração.

A plataforma enfatiza que a colaboração simples e transparente, com foco nas pessoas é o caminho mais curto para cidades sustentáveis e inclusivas (COLAB, 2024). Essa abordagem busca estimular uma corresponsabilidade social e a construção de uma identidade pública mais aberta, inovadora e democrática.

A reconstrução identitária da gestão pública refere-se a uma reinvenção de práticas, valores e paradigmas institucionais que visam superar os modelos tradicionais mais burocráticos e patrimonialistas. Nesse sentido, a COLAB busca contribuir para esse processo, fomentando uma cultura organizacional baseada na interação entre governo e sociedade, compartilhando objetivos, e contruindo soluções coletivas, aspectos que são essenciais para a motivação e engajamento dos servidores públicos e cidadãos.

Outro aspecto fundamental, é a contribuição da COLAB para processos emancipatórios, ao buscar empoderar o cidadão e promover sua participação direta na administração pública. Por meio de consultas, pesquisas e interação contínua com a gestão municipal, o cidadão pode influenciar decisões sem sair de casa, fortalecendo a democracia deliberativa e participativa (COLAB, 2024). Esse protagonismo é essencial para a inclusão de grupos historicamente marginalizados e para a promoção de uma justiça social.

A própria disponibilização de informações acessíveis e a possibilidade de acompanhamento das ações governamentais promovem um ambiente de confiança e *accountability* (práticas relacionadas a transparência, responsabilidade e prestação de contas), elementos indispensáveis para emancipação política e social dos cidadãos.

Portanto, a Plataforma COLAB não se limita a ser somente uma ferramenta digital, mas sim, como um agente transformador que impulsiona a administração pública para um modelo que integra tecnologia, participação social e governança democrática, em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito.

A análise da Plataforma COLAB à luz dos referenciais de Frantz Fanon, Albert Memmi e Paulo Freire revela como a tecnologia pode ser mobilizada como um instrumento de ruptura com práticas coloniais e de promoção da emancipação cidadã. Inspirados por Fanon, pode-se compreender a COLAB como uma iniciativa que desafia a compartimentalização e o silenciamento típico das estruturas coloniais, ao dar ao cidadão poder para participar ativamente das decisões e da fiscalização da gestão pública, promovendo uma de(s)colonização radical da burocracia (Fanon, 2022). Em diálogo com Memmi, a plataforma rompe com o mito do colonizado passivo, incentivando o protagonismo dos munícipes da identificação de problemas e proposição de soluções, favorecendo a ruptura com estruturas excludentes (Memmi, 2003). Sob a ótica de Freire, a COLAB aproximase da pedagogia do oprimido ao estimular a educação dialógica e a participação crítica, valorizando saberes locais e promovendo o diálogo horizontal entre cidadão e poder público (Freire, 1987).

A Plataforma COLAB representa uma avanço significativo na descolonização da gestão pública ao promover a valorização da voz do cidadão e construção coletiva de soluções, rompendo com lógicas coloniais de exclusão e silenciamento (COLAB, 2025).

A participação cidadã, ao ser incentivada e facilitada por meio da tecnologia, contribui para a emancipação social, permitindo que grupos historicamente marginalizados possam acessar e influenciar decisões públicas. No entanto, estudos apontam desafios importantes: a inclusão de grupos vulneráveis, como mulheres, jovens e pessoas de baixa renda, ainda é limitada, refletindo as barreiras estruturais do próprio sistema democrático brasileiro (Castro, 2023). A pesquisa de Gomes (2005) e Silva, Sampaio e Bragatto (2023) indica que a política digital tende a reproduzir as exclusões da política tradicional, cabendo aos operadores da ferramenta buscar estratégias para ampliar o acesso e a diversidade dos participantes (Castro, 2023).

Além disso, embora a participação cidadã tenha se tornado mais ativa e a gestão participativa mais dinâmica em cidades como Recife, os dados mostram que os processos internos das prefeituras nem sempre acompanham essa transformação, e a satisfação dos munícipes pode não aumentar na mesma proporção (Oliveira et al., 2025). Isso sugere que a plataforma, para além de sua função instrumental, deve ser integrada a políticas públicas inclusivas e a processos de formação de gestores para uso crítico e orientado à justiça social.

A experiência da Plataforma COLAB evidencia que a descolonização da gestão pública exige mais do que a adoção de ferramentas digitais: demanda o compromisso com a inclusão efetiva, a formação de gestores públicos sensíveis à justiça social e a integração de práticas participativas em políticas sociais amplas. Para isso, recomenda-se:

- Investir na formação de gestores para o uso crítico e inclusivo da plataforma, com foco em justiça social e participação ampliada.
- Ampliar o acesso à ferramenta, especialmente entre grupos vulneráveis, por meio de ações afirmativas e estratégias de comunicação digital acessível.
- Integrar as práticas participativas da COLAB em políticas públicas, como programas sociais, para fortalecer a cidadania e a reconstrução identitária dos sujeitos historicamente subalternizados.

Em síntese, a Plataforma COLAB se apresenta como um exemplo concreto de como a administração pública pode avançar na direção de uma gestão mais democrática, transparente e emancipada, desde que os desafios de inclusão e participação crítica sejam enfrentados de modo sistemático e contínuo.

5. Conclusão

As relações entre opressores e oprimidos, descritas por Paulo Freire, Frantz Fanon e Albert Memmi, oferecem uma lente potente para compreender as dinâmicas históricas e contemporâneas de dominação, desumanização e resistência. Tanto no contexto colonial quanto nas estruturas sociais e institucionais, tais relações são sustentadas por mecanismos de alienação e negação da humanidade do outro, que perpetuam sistemas de exclusão e desigualdade (Fanon, 2022; Freire, 1987; Memmi, 2003).

A análise cruzada desses autores evidencia que as dinâmicas entre colonizador e colonizado, opressor e oprimido, são faces de um mesmo processo histórico de desumanização, mas também de resistência e busca por emancipação.

Enquanto Fanon ressalta a ruptura radical e a violência como caminhos para a libertação colonial, Memmi destaca o dilema existencial do colonizado e a necessidade de uma ruptura estrutural com o sistema de dominação. Freire, por sua vez, propõe a educação dialógica e a conscientização crítica como instrumentos fundamentais para os oprimidos se tornem sujeitos históricos de sua própria libertação (Freire, 1987; Freire, 2005).

No âmbito da administração pública brasileira, o diálogo entre esses referenciais teóricos revela que as instituições não são neutras: podem atuar tanto como instrumentos de perpetuação da opressão quanto como espaços de resistência e emancipação. Práticas burocráticas, currículos de formação e paradigmas de gestão que reproduzem lógicas coloniais tendem a reforçar ciclos de dependência, alienação e exclusão social. Por outro lado, experiências orientadas por uma perspectiva de(s)colonizadora – como a Plataforma COLAB – demonstram que é possível construir uma administração pública mais democrática, transparente e sensível à pluralidade de saberes e identidades (COLAB, 2025).

O estudo de caso da Plataforma COLAB evidencia como a inovação tecnológica pode ser um instrumento poderoso para reconstrução identitária da gestão pública brasileira, ao transformar a relação entre Estado e sociedade a promover uma administração mais

colaborativa, transparente e eficiente. Ao mesmo tempo, a plataforma contribui para processos emancipatórios, fortalecendo a participação cidadã e a democracia, pilares fundamentais para a construção de cidades mais justas e inclusivas.

Enfrentar a opressão, demanda estratégias que restituam dignidade e autonomia aos grupos historicamente marginalizados. A adoção de uma perspectiva de(s)colonial na administração pública revela-se fundamental para a promoção da justiça social, do fortalecimento da participação cidadã e da reconstrução da dignidade dos sujeitos subalternizados. Isso exige o compromisso com políticas inclusivas, transparentes e baseadas na participação ativa dos cidadãos, capazes de transformar não apenas as estruturas institucionais, mas também as subjetividades e relações sociais que sustentam a opressão.

Para pesquisas futuras, recomenda-se realizar estudos de campo, com entrevistas e grupos focais envolvendo gestores, servidores públicos e cidadãos usuário da plataforma, especialmente pertencentes a grupos vulneráveis, para aprofundar a análise sobre barreiras e potencialidades da participação digital; ampliar o escopo empírico para comparar diferentes iniciativas de govtech ou plataformas de participação cidadã, em contextos regionais e institucionais variados indentificando fatores críticos de sucesso e desafios específicos.

6. Referências Bibliográficas

BERGAMO, Daniel; FERREIRA, André Luíz; BASTOS, Viviane Maria. Transparência, corrupção e má gestão: uma análise dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1382-1401, set./out. 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81212>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. *Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Programa Federal de Ações Afirmativas*. Brasília: Ministério da Igualdade Racial, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/acoes-afirmativas/RelatorioPFAAFinal.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual do pesquisador: Programa Bolsa Família*. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/doc/manual_do_pesquisador_gestao_bolsa_familia_semlogo.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Relatórios de auditoria do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos (2011-2015)*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SrM6ZBpBk8czChjttDZ9ZGr/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRAZILLAB; CAF – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA. *As startups govtech e o futuro do governo no Brasil*. São Paulo: BrazilLAB, 2020. Disponível em: https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/1653/As_startups_govtech_e_o_futuro_do_governo_no_Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 jun. 2025.

CASTRO, Jessica Lopes Brito de; PEREZ, Olivia Cristina. Colab: formas de engajamento e participação de mulheres e jovens. *Revista Ciência e Sustentabilidade*, v. 7, n. 1, p. 182–214, jan./jun. 2023. ISSN 2447-4606.

CATER, Jennifer Biagi Barbosa. Gestão de políticas públicas sociais: vulnerabilidade e a desigualdade social no município do Rio de Janeiro. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 7, ed. 5, v. 6, p. 05–32, maio 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/vulnerabilidade-e-a-desigualdade>. Acesso em: 16 abr. 2025.

COLAB. *Conheça o Colab: uma solução completa para gestão de serviços digitais, participação e relacionamento com o cidadão*. Disponível em: <https://www.colab.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

COLAB. *O Colab pode ajudar a sua cidade!*. Disponível em: <http://pages.colab.re/conheca>. Acesso em: 21 jun. 2025.

COLAB. *Sou cidadão: todos os serviços da prefeitura em um só lugar!*. Disponível em: <https://www.colab.com.br/sou-cidadao/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Primeiras palavras e justificativa para a Pedagogia do Oprimido. In: _____. *Pedagogia do oprimido*. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

MEMMI, Albert. *The colonizer and the colonized*. New York: Monthly Review Press, 2003.

OLIVEIRA, Indira Dutra de Almeida Cabral de; BARBOSA, Héllen Bezerra Alves; MELO, Fagner José Coutinho de; NASCIMENTO, Ademir Macedo. Participação cidadã como ferramenta de inovação no serviço público por meio da plataforma Colab. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ANPAD, 9., 2022, Online. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/0530e22dea41e24a039563139cdc215e.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, Elaine Prates. Exclusão social e os desafios para a consolidação da democracia no Brasil. *Revista CGPC*, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/announcement/view/369>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, Sampaio; BRAGATTO. Colab: formas de engajamento e participação de mulheres e jovens. *Revista Ciência e Sustentabilidade*, v. 7, n. 1, p. 182–214, 2023.